

**Impresso
Especial**

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

IPARDES
40
a n o s

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.35, n.9-10, setembro/outubro 2013

sumário

- 1 LETARGIA BRASILEIRA E VITALIDADE ECONÔMICA PARANAENSE
Gilmar Mendes Lourenço
- 5 A AGRICULTURA BRASILEIRA DIANTE DA CRISE INTERNACIONAL
Francisco José Gouveia de Castro
- 8 O DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES BRASILEIRO EM 2013
Guilherme Amorim
- 11 A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO PARANÁ EM 2013
Ana Sílvia Martins Franco
- 14 A SOJA PARANAENSE EM 2013 E CENÁRIOS PARA 2014
Patrícia Adriana Ostapechen Krüger
- 16 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 21 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER *(Economista)*

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA *(Estagiário de Economia)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLÁUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

A inauguração da unidade da montadora holandesa de caminhões DAF, integrante da corporação norte-americana Paccar, no município de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, e das instalações da fábrica de pneus do grupo japonês Sumitomo, em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no começo do mês de outubro de 2013, confirma a dissociação entre a acelerada dinâmica industrial paranaense e a retração ou, na melhor das hipóteses, estagnação, brasileira.

Em outros termos, ao lado do revigoramento dos níveis de atividade e, sobretudo, dos investimentos, no Estado, observa-se a letargia ou enfraquecimento da operação do parque manufatureiro nacional e a inibição do deslanche das inversões produtivas, acoplada à exacerbação das expectativas negativas do setor privado em relação ao futuro, provocada pelo abalo da confiança no governo, derivado do caráter confuso e contraditório, na maioria das vezes, da retórica e das ações oficiais.

Essencialmente, a erosão da base fabril do País é fruto do experimentalismo da política econômica, orientada prioritariamente para estimular a demanda, negligenciando a oferta, e mirar a ascensão do consumo e da carga tributária. Não é difícil apreender que a obra do governo Dilma carece de racionalidade, sobretudo na complicada tarefa de definição e execução de dispêndios públicos, encoberta por remendos contábeis, com a exclusão dos desembolsos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como itens de despesas, e o lançamento de operações extraordinárias na contabilidade oficial. Nos últimos doze meses terminados em setembro de 2013, o setor público registrou superávit primário de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para um déficit nominal de 3,3% e conta de juros de 4,9% do PIB.

Essas restrições fiscais ganharam destaque em recentes relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Fundo estima que a dívida pública brasileira corresponde a 68% do PIB – contra 58,8% do PIB, segundo o Banco Central –, *versus* 35% para a média das nações emergentes. Tal discrepância pode ser atribuída à ampliação desmedida e pouco criteriosa do crédito oficial, bancado por recursos subsidiados e/ou por endividamento do Tesouro Nacional, a partir da eclosão da crise internacional, em setembro de 2008.

Desde então, o governo destinou mais de R\$ 400 bilhões para as instituições públicas, especialmente Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, a alocação maciça de recursos visando à neutralização dos impactos domésticos da instabilidade externa assumiu rapidamente múltiplas dimensões e funções, servindo como mecanismo de ampliação da massa de capitais de empréstimos para forçar a redução dos juros cobrados pela intermediação financeira privada; de suprimento da demanda de programas públicos como o Minha Casa Melhor; e de aporte de haveres baratos em companhias definidas como estratégicas pelo Executivo, principalmente para estimular fusões e aquisições.

Tanto é assim que a participação da carteira das agências públicas na corrente total de crédito saltou de 33% em fins de 2008 para 51% em setembro de 2013, comprimindo o espaço de manobra privado no financiamento de médio e longo prazo, já suficientemente sufocado pelas exigências de reservas e o crédito obrigatório. Por esse prisma, soam positivas as inclinações manifestadas pela CEF, de abandonar as transações com empresas, e pelo BNDES, de concentrar a canalização de haveres para a infraestrutura.

Inclua-se no grupo de elementos perturbadores do equilíbrio macroeconômico brasileiro a radicalização do intervencionismo setorial, improvisado e truculento, e a conduta tolerante com a escalada da inflação e o déficit nas contas externas, que chegou a US\$ 80,5 bilhões em doze meses até setembro de 2013, o equivalente a 3,6% do PIB, não compensado pelo ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos, que foi de US\$ 61,5 bilhões em igual período, ou 2,7% do PIB.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Diga-se de passagem que as pressões inflacionárias foram contidas artificialmente, por meio do uso de expedientes eminentemente políticos, como a redução das tarifas de energia elétrica, sacrificando a programação de inversões das companhias afetadas, a negociação com os poderes estaduais e municipais para a suspensão dos reajustes previstos para as tarifas de transporte público e o adiamento da atualização dos preços dos derivados do petróleo, notadamente da gasolina e do *diesel*, em linha com a situação internacional.

Não surpreende o fato de o tratamento da patologia da inflação ter ficado na dependência exclusiva do emprego e eficácia do remédio tradicional, representado pela elevação dos juros Selic, pela autoridade monetária, ainda que desprovida de autonomia operacional e sob a incômoda pressão dos crescentes propósitos populistas implícitos na atuação de áreas correlatas do Palácio do Planalto, com ênfase para a benevolência orçamentária dispensada pelo Ministério da Fazenda à ganância de outras pastas.

Considerando ainda o flagrante descaso com as variáveis de apoio ao crescimento de longo prazo, particularmente aquelas ligadas à promoção da educação, qualidade do ensino, inovação e produtividade, parece razoável admitir que a gestão macroeconômica ocupou-se mais com a continuidade da viabilização de negócios específicos, via concessão discricionária de benefícios e subsídios fiscais, tributários e financeiros.

Em contrapartida, vislumbrou-se menor empenho na criação de condições institucionais para a restauração da competitividade microeconômica dos mercados, notadamente nas áreas tributária, trabalhista e de comércio exterior, itens que reproduziriam o prosseguimento da agenda de reformas, reiniciada, na década passada, com a Lei das Falências, o crédito consignado e o cadastro positivo.

Na mesma linha, emergem os resultados pouco animadores do programa de privatizações ou concessões, com o viés do microgerenciamento estatal, com regulação administrativa e não via concorrência, conforme apreciação do FMI, evidenciados pelo leilão do campo de Libra – filé mignon do pré-sal, a maior reserva do mundo – acontecido sem disputa ou ágio.

Das 40 empresas esperadas, só 11 protocolaram inscrição, no mês de setembro de 2013, ficando de fora da disputa gigantes do setor como Chevron, British Petroleum e Exxon Mobil, com a apresentação e vitória, em outubro, de uma solitária proposta, oriunda do consórcio formado por Petrobras (participação de 40%), a anglo-holandesa Shell (20%), a francesa Total (20%) e as chinesas CNPC e CNOOC, ambas com 10%.

Pelo novo regime de partilha, o grupo desembolsará, de imediato, R\$ 15 bilhões como pagamento do bônus da concessão por 35 anos, sendo R\$ 6 bilhões da Petrobras que, segundo estimativas do Bank of America Merrill Lynch, ocupa o posto de maior devedora global, entre as organizações não financeiras de capital aberto, acumulando um passivo de quase US\$ 113 bilhões.

Em um exame geral mais atento, não é difícil enxergar a perda da enorme oportunidade proporcionada por programas oficiais, como o Bolsa Família, de, ao mesmo tempo, abrandar a desigualdade em curto termo, por intermédio das transferências de renda, e extirpar a pobreza em longo prazo, esforço que estaria subordinado à ampliação qualitativa da educação – capaz de extrapolar os indiscutíveis ganhos, contabilizados em dez anos, em frequência e progressão de crianças e jovens na escola – e, por extensão, da produtividade do fator trabalho, exigência maximizada com a exaustão do bônus demográfico, que comprime a contribuição da elevação do emprego para a expansão do produto social.

Assim, a resposta direta à pergunta formulada pela revista britânica *The Economist*, na edição de setembro de 2013, “O Brasil estragou tudo?”, é não. Rigorosamente, o governo federal deve ser designado como o grande responsável pela brutal reversão da avaliação positiva do País no *front* internacional, manifestada por importantes empresas de *rating*, como Moody's e Standard & Poor's.

Mais que isso, ao preferir atribuir a ausência de crescimento econômico à recessão mundial e imputar o recrudescimento da inflação aos choques globais de oferta e demanda de alimentos, as autoridades abdicaram da contenção dos descabros na gestão dos elementos determinantes do comportamento do orçamento público e das transações correntes que, sem maiores constrangimentos, invariavelmente, emitem a fatura inflacionária.

Passando à apreciação do cenário paranaense, salta aos olhos a concretização do investimento de R\$ 450 milhões da Paccar, gerando 500 postos de trabalho diretos, em sua primeira planta da marca DAF fora da Europa, que possui capacidade de produção de até 10 mil veículos pesados por ano, voltados ao transporte de longa distância e destinados prioritariamente ao atendimento dos mercados do Sul e do Sudeste do País.

Já, a Sumitomo Rubber aplicou R\$ 750 milhões no primeiro estabelecimento da corporação longe da Ásia, que fabricará 2 mil pneus por dia, até o final de 2013, como suprimento da demanda doméstica de reposição. A produção deverá chegar a 15 mil unidades por dia, dos tipos Dunlop (para veículos utilitários) e Falken (destinados à linha de alto desempenho) até 2015, objetivando responder por cerca de 10% do mercado brasileiro de pneumáticos para carros de passeio (SUVs e vans), havendo planos para a fabricação da linha de carga e a realização de vendas para a América Latina e de importações de pneus para motos de alta cilindrada. Para tanto, a planta oportunizará demanda por mão de obra de 1.500 vagas até 2017.

A inauguração de fábricas e o anúncio de investimentos na cadeia automotiva comprovam a redescoberta do território e das potencialidades e oportunidades paranaenses pelos empreendedores interessados na aplicação dos capitais excedentes na produção.

O começo das atividades da Paccar e da Sumitomo, mais a ampliação da capacidade de produção de veículos e de motores da Renault, e o anúncio dos novos projetos da Volkswagen (Golf) e Audi (A3-Sedan e Q3-SUV), em São José dos Pinhais, configuram exemplos indiscutíveis da redescoberta das terras, potencialidades e oportunidades paranaenses pelos empreendedores internacionais, nacionais e locais.

Isso acontece depois de quase uma década de radares privados captando sinais pouco receptivos ao capital produtivo, interessado em participar na consolidação da etapa de avanço e adensamento industrial regional, iniciada em 1995 e centrada na verticalização do agronegócio, na modernização do parque madeireiro e papelero e na formação de um sofisticado polo automotivo.

A mutação virtuosa ocorreu a partir do começo de 2011, marcada pela preparação e aplicação de um arranjo institucional negociado entre o setor público e os demais atores sociais atuantes no Paraná, na direção da restauração de uma atmosfera favorável à multiplicação dos negócios por aqui, que impregnou a indispensável segurança jurídica nos contratos firmados, quadro que pode ser atestado pela atual colheita de indicadores econômicos correntes e antecedentes.

Apenas a título de exemplo, a produção industrial do Estado, mensurada pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 3,1% entre janeiro e agosto de 2013, quando comparada ao mesmo período de 2012, *versus* incremento de apenas 1,6% para a média brasileira. Tal performance foi a terceira melhor do País, atrás apenas do Rio Grande do Sul (6%) e Bahia (5,9%), ancorada no vigor dos principais vetores industriais regionais, com ênfase para o agronegócio, a metalmecânica, a química e petroquímica e os insumos para a construção civil.

No mercado de trabalho, também segundo o IBGE, o efetivo de mão de obra da indústria do Paraná cresceu por 41 meses sem interrupção, entre março de 2010 e julho de 2013, contra queda de 23 meses seguidos para o total País, até agosto de 2013. Entre janeiro e setembro de 2013, conforme estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Estado foi o terceiro maior gerador de ocupações com carteira assinada no território nacional, respondendo por 8,8% das vagas líquidas abertas, ficando atrás apenas de São Paulo (31,2%) e Minas Gerais (11,7%).

É igualmente fácil notar um pronunciado componente de interiorização nos fluxos incrementais do fator trabalho no Paraná, retratado na participação de 93,6% do interior do Estado no volume de postos formais criados no setor industrial – que exhibe remunerações em média 40% superiores aos demais setores –, no acumulado entre janeiro e setembro de 2013. Desde 2011, a contribuição dos municípios do interior no emprego industrial foi de 82%, contra 67,8% no intervalo 2003-2010.

Ressalte-se que o desvio do acréscimo do pessoal ocupado com carteira assinada na indústria, no sentido do interior, vem acontecendo sem a perda de embalo da RMC. Até

porque esta prossegue ostentando os menores patamares de desemprego e os maiores rendimentos por trabalhador, quando cotejada com as sete RMs acompanhadas pelo IBGE no Brasil.

No terreno tributário, levantamento detalhado feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e SEBRAE identificou o Paraná como a unidade federada com a menor carga de impostos incidente sobre as micro e pequenas empresas. Mais precisamente, para uma alíquota média de 6,5% sobre o faturamento, no conjunto do País, e 5,2% para o Simples Nacional, o peso dos tributos no Estado é de 4,7%, sendo a única unidade geográfica com fardo inferior ao do Brasil.

Na área financeira, apurações efetuadas pela Revista Amanhã e pela Consultoria PwC mostram que as organizações operantes no Paraná encabeçaram, em 2013, a classificação das 500 maiores da Região Sul, quando considerada a variável conhecida como valor ponderado de grandeza (VPG), que sintetiza os parâmetros contábeis ligados ao patrimônio, faturamento e lucro, assumindo importâncias relativas de 50%, 40% e 10%, respectivamente.

Porém, é interessante sublinhar que o ativo mais relevante denotado no lançamento oficial das atividades da Paccar e da Sumitomo repousa na maturação do portfólio de mais R\$ 25 bilhões, garimpado pelo Programa Paraná Competitivo, desde fevereiro de 2011, contra atração de pouco mais de R\$ 16 bilhões de recursos privados para o Estado entre 2003 e 2010. Aliás, a cesta de dados e informações econômicas relativas ao interregno 2011-2013 expõe maior qualidade e consistência do que a edificada nos oito anos anteriores, caracterizados por uma espécie de represamento da demanda por investimentos.

O evento também expressa o resultado da manifestação da preocupação intransigente da sociedade paranaense com a construção de um modelo de desenvolvimento regional diversificado e distribuído de forma mais equânime espacialmente, reforçada pelas múltiplas e pulverizadas incursões da Fomento Paraná e pela inserção e presença financeira do Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE). Nesse caso, vale registrar que a agência sediada no Estado absorveu e aplicou, entre 2011 e 2013, aproximadamente 45% dos recursos aportados pela instituição, para os três estados da região.

A AGRICULTURA BRASILEIRA DIANTE DA CRISE INTERNACIONAL

Francisco José Gouveia de Castro*

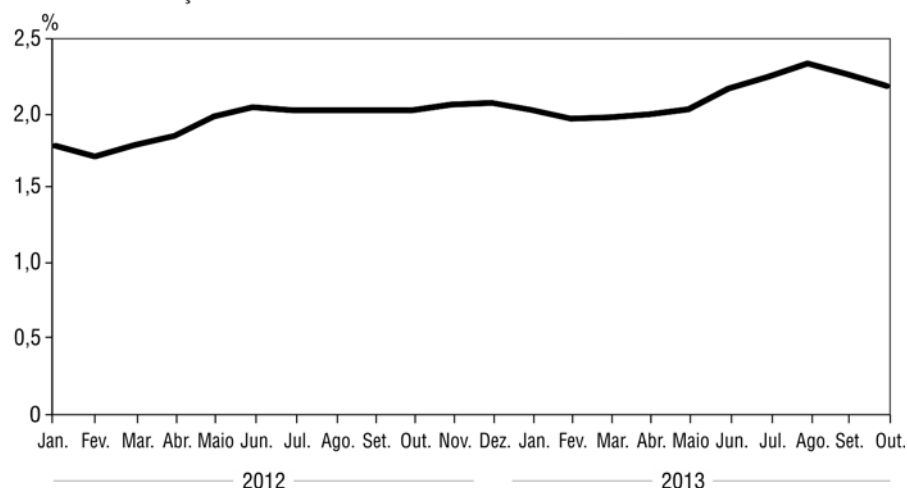
As expectativas a respeito da recuperação econômica dos Estados Unidos é um dos principais fatores de incerteza na conjuntura econômica nacional. O documento World Economic Outlook, divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta para um crescimento mundial fraco e para os efeitos de contágio das políticas econômicas nos países emergentes, o que corrobora para uma visão pessimista do cenário econômico. Para o FMI, há o receio de que as principais economias adotarão medidas contracionistas, com políticas fiscais e monetárias rígidas e diminuição do consumo, o que levará ao crescimento do desemprego. Tal vaticínio é baseado em riscos de curto prazo, como o retrocesso na região do euro, o imbróglio do orçamento americano associado ao aperto na sua política financeira e redução no crescimento das economias emergentes atrelada ao corte dos fluxos de capital.

Na verdade, tudo parece conspirar para que o Federal Reserve (FED) mantenha os estímulos à economia por mais tempo. Tanto é assim que muitas instituições financeiras preveem o adiamento da redução das compras de *treasuries* (títulos do tesouro americano) e de títulos lastreados em hipotecas (MBS). Tais previsões são imputadas à *performance* mediana do mercado de trabalho dos EUA que, na média, entre julho e setembro, criou 143 mil vagas mensais, resultado inferior às 185 mil/mês registrado nos últimos 12 meses.

O comunicado do Federal Open Market Committee (FOMC) do FED, divulgado no final de outubro, não deu nenhuma indicação a respeito da normalização da política monetária dos Estados Unidos. Porém, segundo a 178.^a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), as incertezas sobre o futuro da economia americana apontam para os riscos da estabilidade financeira global, uma vez que o ritmo de atividade daquele país não tem correspondido às expectativas de mercado. Tais constatações ocorrem em paralelo à alta volatilidade do câmbio que, desde maio de 2013, tirou do exportador brasileiro parte das vantagens do real mais desvalorizado.

As fortes oscilações do câmbio prejudicam a referência de preços, persistindo a incerteza em relação ao câmbio em 2014, já que muitos analistas estimam desvalorização em relação ao patamar atual para cerca de R\$ 2,30 a R\$ 2,40. No topo da série, o dólar chegou a ser cotado a R\$ 2,45 e permaneceu por mais de 40 dias acima de R\$ 2,30 (gráfico1). Todavia, o BC vem atuando no mercado de câmbio com uma bateria de intervenções em derivativos cambiais e leilões de dólar à vista atrelados a compromisso de recompra, injetando US\$ 68,4 bilhões em circulação nos meses de setembro e outubro.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO COMERCIAL - JAN 2012-OUT 2013



* Economista, Coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

FONTE: Banco Central do Brasil

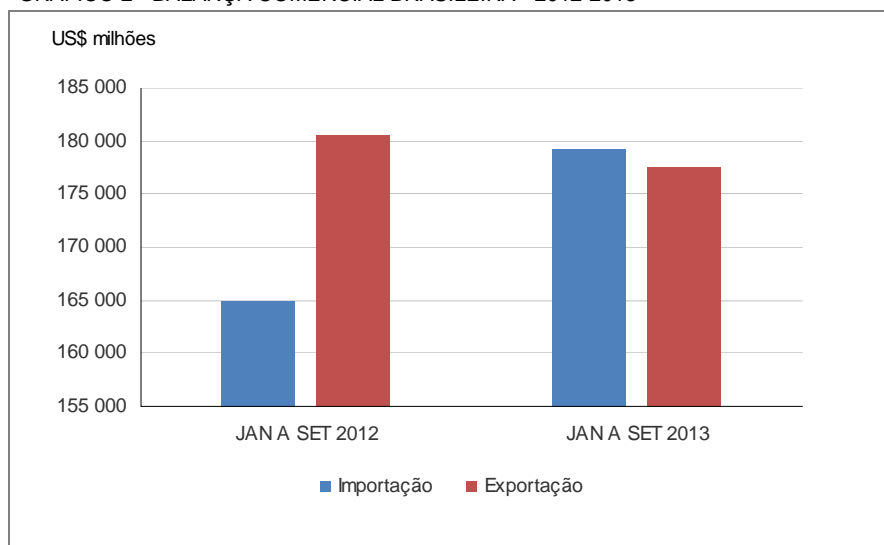
Diante das condições internacionais e da resposta pífia do Brasil, a gestão Dilma deverá levar o País ao pior resultado das contas externas em mais de uma década, consequência das exportações estagnadas, importações em alta e balanço de pagamentos negativo. Segundo os dados do BC, nos 12 meses terminados em setembro, o déficit na conta corrente chegou a US\$ 80,51 bilhões, o equivalente a 3,6% do PIB nacional, registrando um saldo negativo de 60% em relação ao resultado de 2012, que somava US\$ 50 bilhões, ou 2,15% do PIB, no acumulado em 12 meses até setembro. O mais grave é que, no relatório da autoridade monetária, as projeções apontam para um déficit em conta corrente de US\$ 75 bilhões no acumulado do ano.

No que tange à balança comercial, as exportações contabilizaram US\$ 177,65 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro, declinando em 1,6% em relação ao mesmo período de 2012. Já, do lado da importação, o montante comprado pelo País foi de US\$ 179,26 bilhões, 8,7% maior que o ano anterior, resultando no déficit comercial de US\$ 1,62 bilhões (gráfico 2). Porém, é importante destacar que esse resultado poderia ser muito pior, não fosse a proterva manobra contábil do governo federal, registrando a exportação fictícia de uma plataforma de petróleo no valor de US\$ 1,9 bilhões, entre outras vinculadas à concessão de benefícios fiscais.

No mês de setembro, a balança comercial teve superávit de US\$ 2,147 bilhões, menor resultado para o mês desde 2010, quando o saldo foi positivo (US\$ 1,071 bilhão). Na comparação com igual mês do ano passado, o superávit foi 15,9% menor. As vendas ao exterior somaram US\$ 20,996 bilhões, com a forte predominância dos produtos básicos que representaram 50% das vendas totais em setembro, liderada pela soja em grão, farelo de soja, carne bovina e minério de ferro. Já as importações somaram US\$ 18,849 bilhões.

Com efeito, ao contrário do que acontece com a indústria, que encontra dificuldades para manter o espaço conquistado no mercado internacional, o agronegócio vem ampliando sua participação no comércio exterior, além de ser decisivo para evitar a deterioração ainda mais profunda das contas externas.

GRÁFICO 2 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 2012-2013



FONTE: MDIC

Considerando-se a volatilidade na cotação da moeda norte-americana frente ao real, e outras variáveis afeitas aos riscos na agricultura, a atividade no Brasil deverá ser beneficiada devido às condições dos preços internacionais das principais *commodities* negociadas pelo País.

De acordo com a United States Department of Agriculture (USDA), o Brasil deverá superar os EUA na produção de soja, tornando-se o maior produtor mundial da oleaginosa, colhendo o volume de 88 milhões de toneladas na safra 2013/2014. Para o USDA, a responsabilidade de recompor os estoques globais de 2012/2013 ficou praticamente para a América do Sul, que responderá por 69% do estoque mundial (tabela 1), uma vez que a safra americana deverá ser reduzida devido ao clima seco no Meio-Oeste (Iowa, Illinois e Indiana).

Diante da pressão sobre o estoque e a incerteza em relação às condições climáticas na América do Sul, uma vez que ainda faltam quatro meses para a colheita neste hemisfério, os preços da soja dispararam em Chicago. Os contratos futuros com vencimento em novembro fecharam com valorização de 2,62%, a US\$ 13,9650 por *bushel*, já que os fundos voltaram a comprar *commodities* diante da possibilidade de a safra ser ainda menor do que a estimada pelo USDA.

Quanto aos preços negociados no Brasil, segundo o índice ESALQ/BM&F Bovespa, no mês de outubro a média da cotação da soja foi de US\$ 33,7 a saca de 60kg, embarcada em Paranaguá, ante US\$ 32,43/sc na média de fevereiro, representando ganho médio de 3,9% no período.

TABELA 1 - OFERTA E DEMANDA DE SOJA NO MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2011-2014

LOCAL	OFERTA E DEMANDA DE SOJA (milhões de toneladas)								
	Estoque Inicial			Produção			Estoque Final		
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Mundo	71,72	54,89	61,55	239,15	267,48	281,72	54,89	61,55	71,54
EUA	5,85	4,61	3,41	84,19	82,06	85,71	4,61	3,41	4,08
Brasil	23,64	12,92	16,44	66,50	82,00	88,00	12,92	16,44	21,94
Argentina	22,87	18,10	26,08	40,10	49,40	53,50	18,10	26,08	27,70

FONTE: USDA

Se o cenário em relação à soja ainda é duvidoso, segundo as estimativas do USDA o cenário da safra de milho é mais otimista. De acordo com a instituição, os EUA vão colher 351,64 milhões de toneladas do grão neste ano, 2 milhões a mais do que o estimado em agosto, representando crescimento de 77,8 milhões de toneladas em relação à safra do ano passado. Com esse resultado, estima-se que o estoque norte-americano será de 47,11 milhões de toneladas.

Já a produção mundial de milho deve totalizar 956,67 milhões de toneladas, representando aumento de 96,6 milhões de toneladas em relação ao ciclo de 2012/2013. Em Chicago, o milho para entrega em dezembro caiu 1,3%, a US\$ 4,6625 por *bushel*.

TABELA 2 - OFERTA E DEMANDA DE MILHO NO MUNDO E PAÍSES SELECIONADOS - 2011-2014

LOCAL	OFERTA E DEMANDA DE MILHO (milhões de toneladas)								
	Estoque Inicial			Produção			Estoque Final		
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Mundo	128,28	131,84	122,59	884,37	860,06	956,67	131,84	122,59	151,42
EUA	28,64	25,12	16,80	313,95	273,83	351,64	25,12	16,80	47,11
Brasil	10,28	9,21	13,51	73,00	81,00	72,00	9,21	13,51	14,31
Argentina	4,13	0,99	0,70	21,00	26,50	26,00	0,99	0,70	0,91

FONTE: USDA

Ademais, quase metade da expansão da economia deste ano virá do agronegócio, que tem como principal *commoditie* a soja. Segundo o boletim Focus, do Banco Central, do crescimento de 2,4% do PIB, estima-se que pouco mais de um ponto percentual virá da agroindústria. As estimativas da Confederação Nacional da Agricultura apontam que o PIB do agronegócio deve somar R\$ 1,038 trilhão em 2013, respondendo por 23% de toda a riqueza gerada no País. Segundo levantamento do Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária deverá contabilizar R\$ 416,985 bilhões em 2013, o que representará um crescimento de 9,6% em relação a 2012. Além da soja, que crescerá 19% em relação a 2012, contabilizando R\$ 83,5 bilhões, a cana-de-açúcar deverá aumentar 4,9%, registrando R\$ 47,1 bilhões, seguida do milho, com R\$ 36,7 bilhões, alta de 8%.

Contudo, em um ambiente de redução na liquidez internacional e diante do inevitável ajuste na conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro, o cenário mais provável é que o impacto seja absorvido apenas pelo setor privado, com a redução dos investimentos, uma vez que a principal resposta do governo brasileiro à crise global foi o aumento das barreiras comerciais. Cabe ressaltar, porém, que os resultados desse aumento foram tão pífios quanto os das outras ações anunciadas, principalmente pelos atrasadíssimos investimentos em infraestrutura e logística. Aliás, este último é o principal entrave à competitividade agroindustrial do País.

O DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES BRASILEIRO EM 2013

Guilherme Amorim*

A conta de transações correntes, do balanço de pagamentos, descreve, na definição do Fundo Monetário Internacional (FMI), os fluxos de mercadorias, serviços e rendas entre residentes e não residentes de determinado país. Divulgados pelo Banco Central (BC), os números de setembro foram deficitários pelo 53.^o mês consecutivo. Ao comparar-se o déficit acumulado do ano terminado em setembro com os doze meses anteriores, contudo, encontra-se uma mudança de patamar, de US\$ 49,9 bilhões para US\$ 80,5 bilhões (tabela 1) – 2,2% para 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

TABELA 1 - SALDO LÍQUIDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES, ACUMULADO DE 12 MESES EM SETEMBRO - 2012 E 2013

CONTA	SALDO LÍQUIDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ milhão)		
	2012	2013	VARIAÇÃO
Rendas			
Salários e Ordenados	523,8	501,2	-22,6
Lucros e Dividendos	-25.858,0	-25.785,4	72,6
Juros	-10.539,7	-13.870,2	-3.330,5
Serviços			0,0
Transportes	-8.767,2	-9.843,5	-1.076,3
Viagens Internacionais	-14.702,6	-18.145,7	-3.443,1
Seguros	-1.023,7	-1.040,8	-17,1
Serviços Governamentais	-1.189,1	-1.599,5	-410,4
Serviços Financeiros	1.044,5	712,0	-332,5
Computação e Informação	-3.756,1	-4.421,4	-665,3
Royalties e Licenças	-3.070,3	-3.056,6	13,7
Aluguel de Equipamentos	-18.364,1	-18.409,6	-45,5
Serviços de Comunicações	110,4	-3,9	-114,3
Serviços de Construção	12,3	8,5	-3,8
Serviços Relativos ao Comércio	117,0	332,9	215,9
Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos	11.236,2	10.409,2	-827,0
Serviços Pessoais, Culturais e Recreação	-963,1	-1.341,4	-378,3
Transferências Unilaterais	2.814,7	2.944,2	129,5
Balança Comercial	22.436,0	2.103,4	-20.332,6
Transações Correntes	-49.939,0	-80.506,6	-30.567,6

FONTE: BCB/DEPEC

NOTA: Elaboração do IPARDES.

À primeira vista, tem-se a impressão de que, nessa confrontação, a queda no saldo da balança comercial é extemporânea, destoante do conjunto das contas. As rubricas apresentam relativa estabilidade ou comprovam tendências previamente identificadas, como o crescimento dos gastos de brasileiros em viagens internacionais (23,4%), ou a maior saída de divisas através do pagamento de juros (31,6%). Embora a autoridade monetária esperasse por arrefecimento, a elevação dos desembolsos dos residentes no exterior é consonante com o cenário de massa salarial em expansão e destinos turísticos experimentando períodos deflacionários. Maiores remessas de divisas pelo pagamento de juros, por sua vez, estão associadas à tomada de empréstimos externos, por entidades privadas e públicas, sob taxas convidativas. Ademais, a taxa de juros básica nacional variou de 7,5% para 9,0% entre os meses de setembro de 2012 e 2013.

A trajetória da balança comercial, entretanto, mostra-se condizente com o quadro de expansão das importações, provocada por aquecimento da demanda interna, e não redundante em surpresa. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Exterior (MDIC) e da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), as exportações decresceram 2,8%, em dólares, no mesmo paralelo temporal. As importações, porém, registraram aumento de 6%. O desequilíbrio foi preponderantemente gerado pelo comércio de combustíveis (29,7% de queda no valor exportado e elevação de 12,6% no importado), embora o período tenha registrado crescimento na entrada de bens de capital (3,1%), bens intermediários (5,8%) e bens de consumo não duráveis (11,3%). Ressalve-se que houve retração na aquisição externa de bens de consumo duráveis (9,7%).

Dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) revelam que, no período em questão, houve expansão de 6,4% na venda de combustíveis pelas distribuidoras e 5,4% na produção das refinarias nacionais. Assim, a diferença entre consumo aparente e oferta cresceu de 6,3 milhões para 8,2 milhões de metros cúbicos. Este descasamento resulta de paradas técnicas em refinarias e plataformas, mais frequentes nos últimos doze meses, de expansão da frota – houve 3,79 milhões de veículos licenciados no ano terminado em setembro, e outros 3,74 milhões no ano anterior, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) – e, finalmente, da defasagem entre os preços internacionais e os praticados internamente.

Nenhum desses fatores concorreu inopinadamente para o déficit percebido. O atraso na construção das novas refinarias da Petrobras tornou o fornecimento mais dependente do mercado externo, particularmente quando o calendário de interrupções preventivas provoca flutuação negativa do refino. Há deliberada política federal de incentivo à aquisição veículos de passeio e de carga, efetuada através da redução de impostos e expansão de crédito, com crescente participação de instituições financeiras públicas. A política de preços dos combustíveis, por sua vez, tem sido pautada por receio dos efeitos inflacionários de alinhamento à cotação externa do petróleo.

O cenário das transações correntes não é pior porque houve, neste século, significativa alteração em seu perfil, especialmente no tocante às rendas. No último ano, o pagamento de juros representou 35% da saída de divisas da conta de rendas. Essa proporção, no final do século XX, alcançava 82% do déficit. A maior parte da saída de recursos dessa conta tem sido provocada pela remessa de lucros e dividendos de multinacionais estabelecidas no País. A natureza desses fluxos mostra o quão relevante é a entrada de divisas via investimentos estrangeiros diretos (IEDs) para equilibrar o balanço de pagamentos. Desde 2002, o volume de IEDs tem sido suficiente para cobrir o déficit em transações correntes. Dado o ritmo de ingresso dessa categoria de investimento em 2013, é improvável que o mesmo ocorra este ano.

Informações preliminares do BC mostram que, nos primeiros nove meses do ano corrente, os IEDs amontaram US\$ 43,8 bilhões – contra US\$ 47,6 bilhões no mesmo período do ano passado. Embora o mais recente Relatório de Inflação do Banco Central, publicado em setembro, preveja que os IEDs compensarão integralmente o saldo negativo em transações correntes, esse equilíbrio mostra-se improvável. Ainda que o montante de IEDs entrante em 2013 iguale o do ano passado, de US\$ 65,3 bilhões, a redução do déficit a esse patamar é pouco verossímil. Na última semana de outubro, a mediana das expectativas de mercado, medida pelo Boletim Focus, do BC, previu déficit em US\$ 79 bilhões no fim de 2013.

Felizmente, o Brasil continua sendo um destino atrativo para IEDs. Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês), o País é o quarto maior receptor de investimentos externos. As características das inversões estrangeiras em território nacional têm sido ainda mais virtuosas do que nas demais economias sul-americanas. Enquanto os IEDs ingressantes nos países do subcontinente concentram-se na indústria extrativa, o Brasil também tem recebido projetos de produção local de bens de consumo. De acordo com dados da Unctad, o volume anual de IEDs no País variou quase 90% nos últimos cinco anos.

O processo de concessões de infraestrutura, ainda que claudicante, tende a estimular investimentos no setor, tornando esse perfil ainda mais diversificado. Por outro lado, a redução da lacuna nas transações correntes depende de profundas reformas: burocrática, no sentido de

simplificar e agilizar o processo de fiscalização aduaneira; legal, para que se torne mais célere e menos discricionário o crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido aos exportadores de manufaturados; logística, através de investimentos – públicos e privados - que superem a jactância vazia de discursos governamentais; e produtiva, com elevação consistente da produtividade industrial, conferindo maior competitividade externa ao setor e tornando a balança comercial menos dependente do agronegócio e da volatilidade de preços inerente às *commodities*.

Finalmente, o equilíbrio das contas externas não pode ser amparado na entrada de investimentos na conta financeira, especialmente diante de um quadro em que a taxa de juros nos Estados Unidos, que baliza esse fluxo, somente pode se deslocar em um sentido. A expectativa de que o Federal Reserve elevasse essa taxa, associada à crescente descrença na solidez da política fiscal brasileira, revelou o quão volúvel é esse movimento de recursos.

A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO PARANÁ EM 2013

Ana Sílvia Martins Franco*

A indústria automotiva do Paraná é o principal segmento da estrutura industrial do Estado, responsável por 20,9% do Valor da Transformação Industrial (VTI), de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2011, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2012, respondeu por 15,4% da produção brasileira, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). O setor vem apresentando expressiva expansão em sua produção ao longo de 2013, em relação ao ano de 2012 (tabela 1), movimento que também pode ser observado para o conjunto do País, ainda que com menor intensidade.

TABELA 1 - VARIÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DO SETOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - BRASIL E PARANÁ - JANEIRO A AGOSTO DE 2013

PERÍODO	VARIÇÃO (%)	
	Brasil	Paraná
Janeiro	38,9	57,9
Fevereiro	6,7	-13,7
Março	-1,0	-5,2
Abril	24,1	25,6
Mai	13,3	17,4
Junho	15,3	16,1
Julho	2,0	10,4
Agosto	0,3	14,6

FONTE: IBGE

NOTA: Variação em relação a igual mês do ano anterior.

Em 2013, de janeiro a agosto, a produção do ramo de veículos registrou crescimento acumulado de 12,5% no Estado, em relação ao mesmo período do ano passado. No Brasil o avanço foi de 11%.

O bom desempenho do setor automotivo no Paraná veio acompanhado por uma série de investimentos, atraídos pelo potencial do mercado interno brasileiro, pelas condições adequadas de logística do Estado e por sua localização estratégica na América do Sul, além do amplo parque de fornecedores e fabricantes de peças situado especialmente em Curitiba e Região Metropolitana.

A multinacional holandesa DAF, montadora de caminhões pertencente ao grupo norte-americano Paccar, instalou sua linha de produção em Ponta Grossa, com uma das unidades mais modernas do mundo, além de ser a primeira do grupo a se estabelecer fora da Europa. A Paccar investiu aproximadamente R\$ 450 milhões na nova planta, que já deu início à sua produção de caminhões voltados ao transporte de longa distância.

O grupo japonês Sumitomo inaugurou uma fábrica de pneus, com a marca Dunlop, em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A unidade é a primeira fábrica da empresa fora da Ásia e recebeu aporte de R\$ 750 milhões. Com capacidade para produzir 15 mil pneus por dia, a multinacional visa conquistar 10% do mercado nacional de pneus para carros de passeio até 2020. A produção deve atender o mercado nacional e também outros países da América do Sul e Central.

A Volkswagen anunciou ampliação de seu parque, situado em São José dos Pinhais, na RMC, com estimativa de aumentar em 20% a sua produção. Será instalada uma nova plataforma para a fabricação da sétima geração do Golf, que atualmente é importado da Alemanha. A montadora alemã investirá R\$ 670 milhões, dos quais R\$ 520 milhões serão aplicados na expansão de sua linha de produção, e o restante em capital de giro. A previsão é de que as obras tenham início ainda em 2013 e que os veículos comecem a ser produzidos a partir do segundo semestre de 2015.

A Audi decidiu retomar a sua produção de veículos no Brasil e aportará R\$ 500 milhões para a fabricação dos modelos A3 Sedan e do utilitário esportivo Q3. A empresa irá produzir seus veículos em parceria com a Volkswagen, compartilhando a estrutura industrial desta, na

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

fábrica de São José dos Pinhais, onde passará a utilizar, para a produção do A3, a mesma plataforma na qual será fabricado o Golf.

Apesar do crescimento da produção da indústria automobilística, as vendas de automóveis no Brasil vêm desacelerando, em meio a um cenário de aumento da inflação e juros em patamares elevados.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, mostra a falta de dinamismo nas vendas do setor automotivo (veículos, motocicletas, partes e peças). No Brasil, o volume de vendas deste segmento, no acumulado de janeiro a agosto de 2013, cresceu apenas 0,8%, apontando recuo em vários estados. Contudo, no Paraná, a atividade tem apresentado bom desempenho, com crescimento de 7,7% no mesmo período, o segundo melhor resultado do país (tabela 2).

TABELA 2 - VARIÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO SETOR DE VEÍCULOS, MOTOCICLETAS, PARTES E PEÇAS - BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JANEIRO A AGOSTO DE 2013

BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VARIÇÃO (%)
Brasil	0,8
Ceará	-10,6
Pernambuco	-3,3
Bahia	-2,0
Minas Gerais	1,8
Espírito Santo	-12,5
Rio de Janeiro	5,3
São Paulo	-1,4
Paraná	7,7
Santa Catarina	1,2
Rio Grande do Sul	4,2
Goiás	8,3
Distrito Federal	-8,2

FONTE: IBGE

NOTA: Variação em relação a igual período do ano anterior.

No Paraná, pode-se ressaltar a influência positiva do agronegócio, por conta do acréscimo da renda gerada pela supersafra de grãos, além do aquecimento do mercado de trabalho regional, que segue gerando empregos, especialmente no interior do Estado, proporcionando, assim, maior disponibilidade de renda à população. Cabe mencionar que a RMC registra o maior salário médio entre as regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

Devido à menor intensidade das vendas no Brasil, os estoques de veículos nas montadoras tornaram-se elevados. De acordo com a Anfavea, em setembro de 2013 o estoque de carros no País era suficiente para aproximadamente 40 dias, nível mais alto desde maio de 2012, quando chegou a 43 dias. A associação divulgou que, de janeiro a setembro de 2013, o licenciamento total de automóveis nacionais, incluindo veículos, caminhões e ônibus, cresceu 3,1%, em relação a 2012, com aumento de 2,5% para veículos. Já o licenciamento de caminhões elevou-se em 15,1%, com acréscimos de 47,2% para caminhões pesados, e o de ônibus registrou alta de 10,4%.

Mesmo com estoques elevados e menor ritmo nas vendas internas, a indústria automobilística mostra recuperação nas exportações, o que explica o incremento da produção. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias cresceram 7,7% no Brasil, no acumulado de janeiro a setembro de 2013. Em contrapartida, no Paraná, as exportações de automóveis apontaram incremento de 46,2% no mesmo período.

O mercado de tratores, colheitadeiras e caminhões atravessa excelente momento. Suas vendas foram impulsionadas pelo bom desempenho da agricultura, com os proventos da safra recorde de grãos colhida no País. Em meio à oferta de crédito com taxas de juros atraentes para o setor, alta do dólar e preços elevados no mercado internacional, os agricultores se viram estimulados a investir mais, em busca de produtividade e redução nos custos. Já as vendas de caminhões foram alavancadas pela necessidade de escoamento da produção. Com o avanço na comercialização de máquinas agrícolas, os principais fabricantes do segmento realizaram investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e também na ampliação de suas fábricas, a fim de atender a demanda crescente.

Para a indústria automotiva, há expectativas de aumento na procura global por veículos nos próximos anos. Ademais, no Brasil ainda há demanda reprimida, especialmente no interior do País. Apesar de algumas cidades apresentarem grande fluxo de veículos, a relação de automóveis por habitante é baixa em comparação com outros países. Aqui são 5,5 habitantes por automóvel, enquanto na Europa essa relação é de 1,9 e nos Estados Unidos, de 1,6. Desta forma, as montadoras acreditam que, com o aumento das demandas interna e externa, ainda têm muito a expandir.

A SOJA PARANAENSE EM 2013 E CENÁRIOS PARA 2014

Patrícia Adriana Ostapechen Krüger*

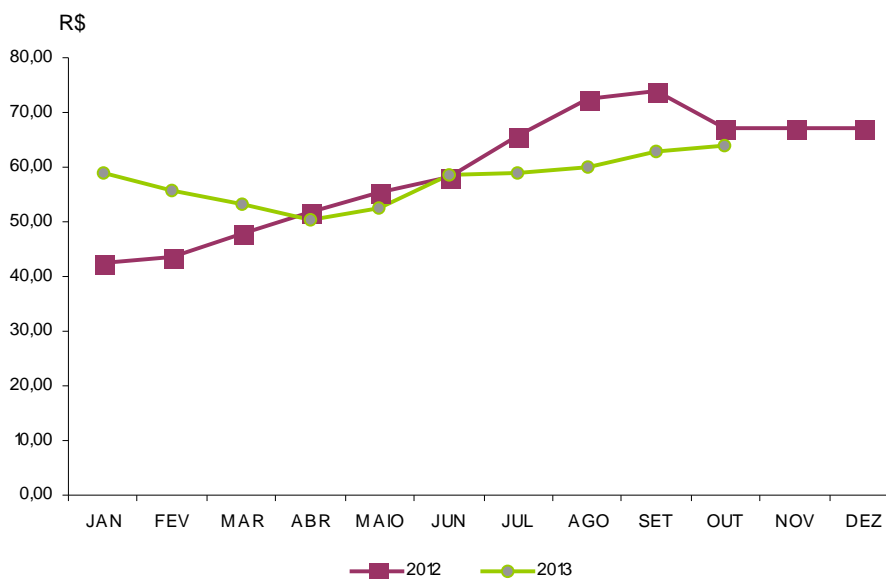
Desde a segunda quinzena de setembro de 2013, com o fim do vazio sanitário preventivo à ferrugem asiática – período em que produtores são proibidos de cultivar a oleaginosa em Mato Grosso e Paraná – e a permissão do início da plantação da safra nacional, começou-se a semeadura da soja em Pato Branco, sudoeste do Paraná.

A previsão de plantio para a safra 2013/2014 de soja é de 1 milhão de hectares acima do ano agrícola de 2013, o que permitirá crescimento de aproximadamente 3 milhões de toneladas de soja comparado à safra 2012/2013. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a colheita esperada de soja no Brasil é de aproximadamente 88 milhões de toneladas. Há, ainda, a expectativa de plantação da semente Intacta RR2 PRO, que permite o controle de lagartas, garantindo ganhos de produtividade, a qual ocupará cerca de 9% da área cultivada em 2012/2013, representando 2,5 milhões de hectares e incremento de 750 mil toneladas, não contabilizado pelo USDA.

Conforme aquele Departamento, 66% das exportações mundiais do complexo soja – grão, óleo e farelo – na safra 2013/2014 serão abastecidas pela produção da América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai), representando acréscimo de 4% frente ao ano passado. O Brasil poderá colher até 90 milhões de toneladas da oleaginosa, permanecendo líder em produção e exportação, à frente dos Estados Unidos, que teve redução de 26% da participação nas exportações mundiais na safra de 2013/2014, segundo o USDA.

Ademais, a receita da soja brasileira, e consequentemente a paranaense, representada em boa parte pela exportação do grão, ainda não foi garantida, uma vez que há a expectativa dos produtores de elevação de preços e, consequentemente, adiamento da comercialização. Tal comportamento pode ser facilmente explicado pelo fato de que, em setembro de 2013, os produtores paranaenses estavam recebendo R\$ 10,90 a menos por saca de soja, do que no mesmo mês do ano passado (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES PARANAENSES DE SOJA (SACA 60 KG) - 2012/2013



FONTE: SEAB/DERAL

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

Para o mercado paranaense, o faturamento da agricultura depende de forma significativa da cultura da soja, o que pode ser comprovado pelo Valor Bruto da Produção (VBP), o qual, conforme estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atingirá R\$ 35 bilhões em 2013, com a participação da soja chegando a 44,3%, ou seja, mais de R\$ 15,5 bilhões do total, apresentando crescimento de 31,45% em relação ao ano anterior (tabela 1).

TABELA 1 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, CONFORME PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 2012-2013

PRODUTO	2012		2013		Var. (%)
	VBP (R\$)	Part. (%)	VBP (R\$)	Part. (%)	
Soja	11.825.473.709,88	38,15	15.544.167.764,85	44,30	31,45
Milho	7.080.196.030,11	22,84	6.799.207.042,73	19,38	-3,97
Cana-de-açúcar	3.209.319.085,99	10,35	3.232.632.108,83	9,21	0,73
Feijão	1.690.908.216,70	5,46	1.554.902.943,77	4,43	-8,04
Trigo	1.612.046.994,80	5,20	1.426.400.256,83	4,06	-11,52
Outros produtos	5.579.063.095,29	18,00	6.533.411.124,35	18,62	17,11
TOTAL	30.997.007.132,77	100,00	35.090.721.241,35	100,00	13,21

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA

NOTA: Dados elaborados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Cabe destacar que a soja em grão representou 25,75% das exportações paranaenses entre janeiro e setembro de 2013, sendo o carro-chefe das vendas externas do Estado. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a perspectiva é de que essa participação aumente, já que o esmagamento de soja no Brasil para a produção de farelo e óleo está em seu nível mais baixo desde 2009, haja vista a dificuldade dos processadores de transferir os preços elevados da soja aos clientes de farelo e óleo no mercado doméstico, tornando a exportação da soja mais atraente. Conforme o USDA, a previsão de crescimento das exportações de soja em grão no Brasil, na safra 2013/2014, é de 1,5 milhões de toneladas, totalizando 42,5 milhões (t).

Por fim, a produção brasileira e paranaense de soja em grão deverá permanecer elevada (tabela 2), crescendo aproximadamente 10% e 5%, respectivamente, em comparação com a safra anterior, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Contudo, os gargalos na infraestrutura causam preocupação, e, embora R\$ 5 bilhões de crédito rural estejam disponíveis para a construção de armazéns, o escoamento da safra ameaça agravar a sobrecarga em estradas, portos e silos.

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE SOJA - BRASIL E PARANÁ - SAFRAS 2004/2005 - 2013/2014

SAFRA	PRODUÇÃO (em mil toneladas)	
	Brasil	Paraná
2004/2005	52.304,6	9.707,3
2005/2006	55.027,1	9.645,6
2006/2007	58.391,8	11.915,6
2007/2008	60.017,7	11.896,1
2008/2009	57.165,5	9.509,7
2009/2010	68.688,2	14.078,7
2010/2011	75.324,3	15.424,1
2011/2012	66.383,0	10.941,9
2012/2013	81.479,8	15.912,4
2013/2014	⁽¹⁾ 89.720,5	⁽¹⁾ 16.707,9

FONTE: CONAB - Levantamento outubro 2013

(1) Potencial máximo.

AGROINDÚSTRIA

Copacol investirá R\$ 150 milhões em armazenamento

Sediada no município de Cafelândia, na Região Oeste paranaense, a Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL) tem intenção de alocar, até 2015, R\$ 150 milhões na ampliação e modernização de sua estrutura de estocagem. O projeto utilizará linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco do Brasil.

Estima-se que a capacidade de armazenamento de milho da cooperativa cresça 60% quando as obras estiverem concluídas. As 800 mil toneladas de grãos colhidas por cerca de 5 mil associados são transformadas em ração animal. A Copacol investe em avicultura, piscicultura, suinocultura e bovinocultura de leite. Prevê-se que a cooperativa faturará R\$ 2,05 bilhões em 2013, sendo a comercialização de carne de frango responsável por mais da metade deste montante. Diariamente, são abatidas cerca de 320 mil aves em Cafelândia e 70 mil em frigorífico no município de Uiratã (Região Centro-Oriental do Estado).

COPACOL planeja aportes de R\$ 150 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 set. 2013. Empresas, p.B13.

RIBEIRO, Cassiano. Nas asas do consumo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 out. 2013. p.20.

Coamo expandirá capacidade de estocagem

A Coamo Agroindustrial Cooperativa contratou linha de financiamento para silagem, disponível através do Plano Safra 2013/2014, no valor de R\$ 370 milhões.

Aplicados até 2015, esses recursos tornarão a capacidade estática de armazenamento da cooperativa 10% superior à atual. Serão construídas 16 unidades, com capacidade combinada de 270 mil toneladas, nos três estados de atuação da Coamo (Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul). A cooperativa prevê que seus associados colham 6,3 milhões de toneladas de grãos em 2013. Atualmente, a organização conta com estrutura capaz de estocar 4,43 milhões de toneladas.

DILMA fecha hoje contrato com a Coamo para a construção de silos. *O Estado de S. Paulo*, 04 out. 2013. Economia, p. B4.

MENDES, Luiz Henrique; CAETANO, Mariana. Cooperativas do Paraná lideram investimentos em armazenagem. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 set. 2013. Empresas, p.B14.

Capal construirá fábrica de rações

Sediada em Arapoti, a Capal Cooperativa Agroindustrial construirá neste município – localizado Região Centro-Oriental do Estado – uma fábrica de rações para suínos e bovinos. Estima-se que o empreendimento demande R\$ 60 milhões e que opere a partir de 2018, com capacidade produtiva anual de 640 mil toneladas.

Outro projeto da Capal prevê a construção de um frigorífico de carne suína, em associação com as cooperativas Batavo e Castrolanda, sediadas, respectivamente, em Carambeí e Castro (na mesma região do Estado). A Capal reúne aproximadamente 1.500 produtores, distribuídos em 40 municípios.

ALIMENTO animal. *Folha de S. Paulo*, 22 out. 2013. Mercado, p.B2.

LEMES, Alyne. Capal investe R\$ 60 mi em nova fábrica de ração. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 out. 2013. p.20.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/09/2013 a 31/10/2013.

** Economista, técnico permanente desta publicação.

Cooperativas construirão complexo para fertilizantes em Paranaguá

Associação de 17 cooperativas paranaenses, a Cooperativa Nacional Agroindustrial (COONAGRO) investirá R\$ 100 milhões na construção de um complexo voltado à mistura e armazenamento de fertilizantes, fora da área portuária de Paranaguá. A iniciativa contará com financiamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Estima-se que a estrutura comporte 100 mil toneladas de fertilizantes.

A organização pretende importar diretamente os insumos utilizados na mistura, através do porto local. Atualmente, as cooperativas do grupo consomem até 1,2 milhão de toneladas de fertilizantes por ano. Aproximadamente 12% desse volume é suprido por pequenas misturadoras ligadas à Coonagro.

FERREIRA, Carine. Cooperativas investem em fertilizante em Paranaguá. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 out. 2013. Empresas, p.B16.

INDÚSTRIA

Spaipa é vendida para a Coca-Cola Femsa

A parceria entre a Coca-Cola, de capital estadunidense, e a companhia varejista mexicana Femsa, comprou a engarrafadora e distribuidora de bebidas Spaipa por US\$ 1,85 bilhão. A Spaipa conta com quatro plantas – em Curitiba, Maringá (Região Norte Central paranaense), São Paulo e Bauru – e sete complexos de distribuição. Assim, a companhia atende a todos os 399 municípios do Paraná e a 326 do Estado de São Paulo.

No ano passado, a Spaipa alcançou receita líquida de US\$ 929 milhões.

COCA-COLA FEMSA compra Spaipa por US\$ 1,85 bilhão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 set. 2013. p.15.

SCARAMUZZO, Mônica. Femsa compra a Spaipa e planeja dominar SP e RJ. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 set. 2013. Empresas, p. B9.

Posigraf investe R\$ 30 milhões

Indústria do Grupo Positivo, a Posigraf alocou R\$ 30 milhões na atualização tecnológica de seu parque de impressão. Financiada com recursos próprios, o investimento compreendeu a aquisição de duas novas impressoras e a expansão da área de expedição. Estima-se que a capacidade produtiva da unidade, localizada em Curitiba, cresça entre 10% e 20%.

Os equipamentos recém-adquiridos permitirão à empresa a fabricação de impressos mais sofisticados. A Posigraf passou a contar com dez impressoras rotativas e oito planas.

FONTES, Stella. Mesmo com queda no setor, Posigraf investe R\$ 30 milhões no PR. *Valor Econômico*, São Paulo, 09 set. 2013. Empresas, p. B4.

Grupo Volkswagen volta a investir no Paraná

O Grupo Volkswagen efetuará investimentos em suas linhas de produção no município de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), através da incorporação de novo modelo VW e de dois modelos Audi. Um automóvel da Audi, divisão de veículos de luxo do grupo, foi fabricado na cidade entre 1999 e 2006. Os três modelos compartilharão a mesma plataforma e devem ser produzidos a partir de 2015.

A implantação das linhas de montagem da Audi demandará R\$ 500 milhões e estima-se que a produção inicial seja de, aproximadamente, 7 mil unidades anuais, com índice de nacionalização entre 30% e 35%. Planeja-se que a quantidade de carros fabricados anualmente

sob a marca Audi supere, em 2019, o patamar de 25 mil unidades. Projeta-se investimento de R\$ 670 milhões na estrutura que montará o veículo da Volkswagen, que terá produção anual de 40 mil automóveis.

CAMPOS, Eduardo. Audi confirma fábrica no PR e prevê abertura de revendas. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 set. 2013. Empresas, p.B8.

GONÇALVES, André; FAVRETTO, Viviane. Depois de sete anos, Audi está de volta. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 set. 2013. Economia, p.1.

LAGUNA, Eduardo. Volks confirma hoje investimento na produção da nova geração do Golf. *Valor Econômico*, São Paulo, 03 out. 2013. Empresas, p.B3.

TROVÃO, Renyere. Volks oficializa hoje novos investimentos no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 out. 2013. p.21.

Plaenge investirá R\$ 600 milhões em 2014

Sediada em Londrina, Região Norte Central do Estado, a construtora Plaenge planeja investir cerca de R\$ 600 milhões no segmento residencial ao longo de 2014. A empresa estima crescimento de 14% no faturamento do ano corrente, em comparação com os R\$ 850 milhões registrados em 2012. Os projetos de construção industrial da companhia são desenvolvidos por uma subsidiária, a Emisa.

Para além de Londrina, os investimentos nacionais da Plaenge estão distribuídos em Curitiba, Maringá (Região Norte Central paranaense), Joinville (SC), Cuiabá (MT), Campo Grande e Dourados (MS). A construtora também atua no Chile e na Venezuela.

Desde 2011, a empresa investe na produção de energia elétrica gerada de resíduos de cana-de-açúcar. Fruto de dez anos de pesquisa, a divisão de energia através de biomassa possui instalações no município de Paraíso do Norte (Noroeste paranaense) e opera sob o nome Geo Energética.

BUBNIAK, Taiana. Devagar e sempre. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 out. 2013. p.26.

FRIAS, Maria Cristina. Construtora do PR investirá R\$ 600 mi em 2014. *Folha de S. Paulo*, 23 out. 2013. Mercado, p.B2.

Começa a produção da Sumitomo em Fazenda Rio Grande

Fruto de investimento de R\$ 560 milhões, a planta da Sumitomo Rubber Industries, localizada em Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba), entrou em funcionamento em setembro. Inicialmente, a unidade produzirá pneumáticos Dunlop para veículos de passeio e comerciais leves. A companhia estima que o volume de produção alcançará a capacidade instalada, de 15 mil unidades por dia, em dois anos.

Primeira planta da Sumitomo fora da Ásia, a fábrica paranaense ocupa 20% de um terreno de 500 mil metros quadrados, o que possibilita futuras expansões. A empresa estuda a implantação de uma linha voltada para veículos pesados a partir de 2016.

LAGUNA, Eduardo. Sumitomo começa a produzir pneus no PR. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 set. 2013. Empresas, p.B4.

Electrolux estuda construção de fábrica em Rio Negro

A Electrolux estuda a viabilidade de implantar sua terceira unidade industrial no Paraná, no município de Rio Negro (Região Metropolitana de Curitiba). Caso seja construída, a fábrica produzirá máquinas de lavar, refrigeradores e *freezers*. Estima-se que uma nova planta demande investimento de aproximadamente R\$ 250 milhões.

Além das fábricas no Paraná, a empresa – de capital sueco – conta com duas outras unidades no Brasil, em Manaus (AM) e São Carlos (SP). A companhia reconstruirá seu depósito, consumido pelo fogo em setembro, localizado na Cidade Industrial de Curitiba.

AUDI, Amanda. Electrolux estuda nova fábrica no PR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 set. 2013. p. 24.

RODRIGUES, Lorena. Electrolux estuda no Paraná investimento de R\$ 250 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 set. 2013. Empresas, p. B8.

DAF inaugura planta em Ponta Grossa

Foi inaugurada a montadora de caminhões DAF em Ponta Grossa, Região Centro-Oriental paranaense. Nela, serão montados três modelos. O complexo ocupará cerca de 500 hectares e também abrigará fornecedores de peças de motor, e de sistemas de suspensão e freios.

Fundada na Holanda em 1928, a DAF fabrica caminhões desde 1949. Atualmente, é controlada pela Paccar, empresa estadunidense do mesmo ramo. Estima-se que R\$ 400 milhões tenham sido investidos no projeto.

DAF e Sumitomo engrossam polo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 out. 2013. p.19.

Klabin revisa valor de projeto em Ortigueira e planeja capitalização

A Klabin revisou o valor a ser investido na construção de complexo voltado à produção de celulose, no município de Ortigueira (Região Centro-Oriental do Estado). A empresa avalia que a construção da planta industrial demandará R\$ 5,8 bilhões, montante aproximadamente R\$ 500 milhões superior ao inicialmente calculado. A mudança de patamar cambial desde o início do projeto foi a maior influência sobre a nova estimativa.

A companhia planeja reorganização societária e posterior processo de capitalização. Cerca de R\$ 1,7 bilhão serão captados através de certificados de depósitos de valores imobiliários, de debêntures conversíveis em ações, ou de uma combinação entre os dois formatos de financiamento. Para além do capital a ser aportado no complexo industrial, a Klabin alocará R\$ 1,5 bilhão na formação de 107 mil hectares de florestas e R\$ 600 milhões em infraestrutura. Estima-se, ainda, que pagará R\$ 800 milhões em impostos. A empresa conta com financiamentos enquadrados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de R\$ 4 bilhões e R\$ 300 milhões, respectivamente.

A nova estrutura será capaz de fabricar 1,5 milhão de toneladas de fibras. Planeja-se utilizar cerca de 400 mil toneladas desse volume, composto de fibras curtas, dentro da própria empresa, destinando-as à produção de papel-cartão.

FONTES, Stella. Klabin avança em seu plano de capitalização. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 out. 2013. Empresas, p.B5.

FONTES, Stella. Capitalização da Klabin preocupa minoritários. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 out. 2013. Empresas, p.B6.

Mili fechará fábrica do Pinheirinho e investirá em planta maior

Fabricante de material de higiene e limpeza, a Mili planeja fechar, em 2015, sua planta no bairro do Pinheirinho, na capital do Estado. Estabelecida no local desde 1985, a indústria precisa de instalações mais amplas e planeja alocar cerca de R\$ 100 milhões em nova planta – R\$ 50 milhões já foram investidos em novos equipamentos. Esta unidade industrial produz absorventes e fraldas.

Recentemente, a empresa adquiriu terreno de 400 mil metros quadrados no município de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba), mas considera realizar o novo investimento em Três Barras (SC), onde possui fábrica de guardanapos, papel higiênico e toalhas de papel. Além das unidades paranaense e catarinense, a companhia também tem fábrica em Maceió (AL). A expectativa é de que a empresa alcance faturamento de R\$ 960 milhões em 2013.

FRIAS, Maria Cristina. Com R\$ 100 mi, fabricante de fraldas mudará planta. *Folha de S. Paulo*, 27 out. 2013. Mercado, p. B2.

MARINS, Lucas Gabriel. Mili fechará fábrica de Curitiba em 2015. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 out. 2013. p. 26.

SERVIÇOS

Cattalini investirá R\$ 450 milhões em Paranaguá

A Cattalini Terminais Marítimos investirá R\$ 450 milhões na ampliação de sua capacidade de armazenamento de cargas líquidas, em terreno de 57 mil metros quadrados, no município de Paranaguá. Fundada naquela cidade há 30 anos, a empresa conta com capacidade de 380 mil metros cúbicos. A expectativa é de que esse volume cresça 80% com as inversões.

A demanda por maior capacidade tem origem nos transbordos de metanol e gasolina. A empresa estuda a viabilidade de construir um terminal para a movimentação de petróleo bruto, em parceria com um grupo holandês.

PIRES, Fernanda. Cattalini amplia em 80% a capacidade em Paranaguá. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 set. 2013. Empresas, p.B5.

Grupo Oppnus investe em Maringá

Sediado em Pérola, município da Região Noroeste paranaense, o Grupo Oppnus inaugurou, no mês de agosto, um shopping atacadista em Maringá (Região Norte Central). Estima-se que o empreendimento demandou investimento de R\$ 85 milhões. Na mesma área do shopping, a companhia planeja a construção de um hotel e de um centro de eventos, avaliados em R\$ 40 milhões.

Originalmente indústria de confecção, a empresa presentemente controla quatro shoppings centers atacadistas no Paraná e um no Estado de Santa Catarina.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo constrói hotel e centro de eventos em Maringá. *Folha de S. Paulo*, 24 set. 2013. Mercado, p. B2.

Auto Ricci incorpora Carrier Veículos

Locadora de veículos especializada em frotas corporativas, a Auto Ricci absorveu a Carrier Veículos, empresa congênere de Curitiba. Fundada há 18 anos, a Auto Ricci, sediada em Maringá (Região Norte Central do Estado), capitalizou-se em agosto, através da emissão de debêntures no valor de R\$ 60 milhões.

A transação cria empresa com frota de 13 mil veículos, 20 pontos de operação e faturamento mensal estimado em R\$ 25 milhões.

JASPER, Fernando. Após compra, Ricci mira expansão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 out. 2013. p. 7.

NO PARANÁ, Auto Ricci compra a Carrier. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 set. 2013. Empresas, p. B6.

Parceria entre Microsoft e Tecpar

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) firmou parceria com a Microsoft, companhia de capital estadunidense, para a implantação de um centro de inovação (espaço para pesquisas) em seu campus, localizado na Cidade Industrial de Curitiba. O acordo prevê a cessão de *software* pela Microsoft e de instalações e pesquisadores pelo Tecpar.

O projeto intende apoiar o surgimento e desenvolvimento de empresas intensivas em tecnologia da informação. Pesquisadores das sete universidades estaduais do Paraná colaborarão com a iniciativa.

MICROSOFT inaugura centro de inovação em Curitiba, em parceria com o Tecpar. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 out. 2013. p.19.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 852	175 975	5 357	27 475	717 415	26 112

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 214	96 014	1 472	664 418	49 131 608	73 947	43 624	163 912	3 765

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 232	163 060	3 797 462	23 289

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 033 896	17 456 491	5 754	4 760 276	15 950 504	3 351	978 348	1 710 677	1 749

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2013

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	267 575	21 204	59 047
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	240 526	22 690	51 005
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	278 161	25 691	58 869
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	238 902	24 911	55 936
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	247 789	27 815	62 449
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	265 675	30 791	63 619
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	249 489	30 053	55 058
2004	1 557 656	276 808	340 645	Outubro	269 728	31 501	61 744
2005	1 788 481	308 947	367 765	Novembro	254 167	28 730	58 068
2006	1 856 538	316 897	390 394	Dezembro	233 939	29 503	50 631
2007	2 057 318	295 010	437 152	2013 ⁽¹⁾	1 648 717	162 586	336 714
2008	2 480 908	279 609	454 340	Janeiro	278 021	27 045	56 011
2009	2 489 061	282 220	509 156	Fevereiro	247 143	24 175	50 085
2010	2 725 634	338 599	531 514	Março	256 015	25 704	55 017
2011	2 868 973	279 585	629 586	Abril	295 361	29 803	59 450
2012	3 033 270	314 986	682 118	Maio	291 746	29 332	59 114
Janeiro	249 459	21 202	53 588	Junho	280 431	26 527	57 027
Fevereiro	237 860	20 894	52 105				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2013

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012 ⁽¹⁾	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 083	38,10	330 174	1,86	17 709 585
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 683
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maio	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 788	31,13	45 217	2,24	2 019 752
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952
Outubro	772 652	42,81	346 577	19,20	654 975	36,29	30 788	1,71	1 804 993
Novembro	491 302	37,62	252 074	19,30	539 292	41,29	23 402	1,79	1 306 070
Dezembro	516 650	41,39	192 210	15,40	516 661	41,40	22 578	1,81	1 248 099
2013 ⁽¹⁾	7 236 958	52,07	1 449 352	10,43	5 021 857	36,13	191 420	1,38	13 899 587
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873		219 455		582 723		17 664		1 669 715

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2013

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 742	127 722 343	25 272 399
2010	14 175 844	13 956 957	218 887	201 915 276	181 768 427	20 146 848
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 366	226 246 756	29 792 610
2012 ⁽¹⁾	17 709 585	19.387.860	- 1 678 275	242 579 776	223 173 726	19 406 595
Janeiro	1 128 853	1 775 902	- 647 049	16 141 225	17 448 135	- 1 306 886
Fevereiro	1 253 168	1 257 581	- 4 412	18 027 792	16 325 098	1 702 758
Março	1 452 683	1 606 618	- 153 936	20 910 732	18 886 867	2 023 898
Abril	1 451 715	1 579 516	- 127 802	19 556 298	18 687 055	879 461
Maio	2 019 752	1 771 512	248 241	23 214 807	20 253 260	2 961 550
Junho	1 537 777	1 528 080	9 697	19 352 834	18 552 565	800 270
Julho	1 492 718	1 533 480	- 40 762	21 003 237	18 137 398	2 865 849
Agosto	1 614 806	1 859 306	- 244 501	22 380 911	19 158 671	3 222 244
Setembro	1 398 952	1 491 287	- 92 335	19 998 383	17 445 088	2 553 299
Outubro	1 804 993	1 668 344	136 649	21 763 368	20 111 506	1 651 878
Novembro	1 306 070	1 879 561	- 573 491	20 471 896	20 665 542	- 193 361
Dezembro	1 248 099	1 436 673	- 188 574	19 748 291	17 502 541	2 245 635
2013 ⁽¹⁾	13 899 587	14 558 804	- 659 217	177 650 455	179 258 763	- 1 608 309
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 722	- 4 039 994
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 014	- 1 278 549
Março	1 386 712	1 695 154	- 308 441	19 320 426	19 158 430	161 995
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 053	21 620 591	- 989 538
Maio	1 824 494	1 624 637	199 857	21 822 420	21 061 099	761 320
Junho	1 706 730	1 615 619	91 110	21 134 041	18 829 173	2 304 868
Julho	1 744 797	1 574 497	170 301	20 806 765	22 705 240	- 1 898 475
Agosto	1 933 059	2 078 625	- 145 567	21 424 021	20 200 010	1 224 011
Setembro	1 669 715	1 515 962	153 752	20 995 536	18 849 483	2 146 053

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2013

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	108,01	93,99	97,13	108,61	99,81
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	110,22	113,54	106,78	112,86	108,23
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	110,57	114,31	107,32	113,22	108,63
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	106,22	91,20	77,57	98,04	103,27
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	107,26	124,19	97,91	110,13	98,71
Móveis	100,00	107,28	127,13	96,10	111,36	102,75
Eletrodomésticos	100,00	109,23	123,48	95,04	111,36	97,40
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	120,57	107,85	101,95	123,03	112,84
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	96,61	154,67	131,46	107,97	83,98
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	92,37	78,16	71,77	95,72	93,79
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	120,56	106,08	88,76	105,01	112,39
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	109,95	109,03	99,93	110,25	105,48

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	Maio/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Maio/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13
Combustíveis e lubrificantes	108,74	105,99	112,74	118,92	116,96	120,62	110,05	102,54	117,54	107,75	102,42	116,24	114,22	119,33	122,85	127,01	130,47
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	103,76	103,60	106,47	107,88	105,03	106,79	110,75	136,91	112,60	122,41	106,49	122,38	103,41	108,17	108,67	111,90	117,38
Hipermercados e supermercados	103,42	103,62	106,67	108,19	105,39	106,95	111,08	137,98	112,84	122,98	107,07	123,06	103,68	108,16	108,90	111,70	117,16
Tecidos, vestuário e calçados	118,29	109,98	101,15	103,87	93,82	95,42	101,66	180,35	99,50	91,14	77,27	98,69	104,99	115,73	101,53	105,15	101,50
Móveis e eletrodomésticos	110,77	104,50	99,06	102,36	89,03	99,91	105,45	145,15	106,50	116,99	84,60	99,28	100,90	108,90	102,67	119,09	119,59
Móveis	116,59	104,27	97,66	100,05	86,56	99,03	105,29	140,56	98,24	112,59	80,71	93,33	94,12	96,96	89,92	108,51	109,78
Eletrodomésticos	108,90	107,11	102,52	106,83	93,50	103,66	108,45	152,55	115,05	123,34	90,09	107,06	110,18	119,24	113,58	128,49	128,40
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	122,23	120,23	122,41	127,46	118,90	124,21	123,85	141,85	128,93	121,93	112,36	132,14	128,31	130,99	126,79	135,29	143,65
Livros, jornais, revistas e papelaria	90,35	83,50	90,01	93,23	82,80	53,69	53,55	134,08	111,91	144,62	116,55	94,30	106,76	106,86	101,97	110,35	113,86
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	92,65	79,37	96,50	103,96	91,47	88,38	100,83	115,85	87,92	84,51	61,29	83,99	81,59	101,27	87,15	93,45	110,10
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	117,90	113,14	112,88	114,72	106,35	125,83	127,99	215,71	119,59	121,35	95,34	123,24	110,83	128,68	122,97	130,37	123,95
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	108,19	105,50	106,90	109,66	104,13	108,08	110,16	142,10	112,25	116,31	99,59	116,22	106,25	112,93	110,72	116,31	119,63

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2013

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12	
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9	153,1	157,3	
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4	119,8	90,7	
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6	146,6	131,2	
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,2	101,0	96,9	
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8	139,4	148,0	
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8	362,0	993,1	
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8	105,9	96,2	
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5	61,6	70,5	
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8	133,8	135,3	
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8	129,6	119,2	
Produtos de metal - excl. máquinas e equipamentos	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8	131,8	119,6	
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0	171,9	193,8	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1	147,9	115,1	
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4	343,2	174,9	
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7	109,0	91,2	

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13				
Indústria de transformação	137,6	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,1	162,1	149,5	129,0	168,4	158,9	173,0	159,1	172,9	186,3				
Alimentos	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7	117,4	101,0	120,4	97,4	104,4	108,9	122,3	129,0	118,6	137,1	145,5				
Bebidas	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4	183,4	194,7	123,6	142,1	130,5	128,1	105,8	120,5	121,7	107,1	132,9				
Madeira	90,0	102,3	91,7	103,4	90,9	103,3	110,7	105,6	111,9	106,1	99,5	102,0	102,3	100,4	94,7	107,2	98,2	93,0	110,8	110,0				
Celulose, papel e produtos de papel	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	143,7	148,0	145,0	148,8	139,5	129,7	133,6	140,1	123,2	142,0	133,9	112,6	140,8	138,1	138,2				
Edição, impressão e reprodução de gravações	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9	216,3	205,4	371,0	567,2	158,9	573,1	228,5	468,8	276,3	288,5	406,3				
Refino de petróleo e álcool	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7	94,6	107,3	109,3	99,4	86,3	103,4	108,3	121,7	109,2	118,0	128,1				
Outros produtos químicos	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5	68,2	58,8	66,9	72,5	64,1	55,2	57,1	70,9	60,2	67,7	87,2				
Borracha e plástico	123,2	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1	136,6	104,0	136,9	121,4	124,2	132,8	138,2	141,5	142,1	151,8	142,9				
Minerais não metálicos	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	134,8	132,1	123,1	138,2	115,8	128,2	137,3	143,5	149,5	136,1	146,3	149,2				
Produtos de metal - excl. máquinas e equipamentos	123,3	136,6	132,0	145,7	130,4	137,3	139,2	127,0	144,7	140,6	105,8	127,9	122,8	115,1	120,6	125,9	127,5	124,5	140,1	147,1				
Máquinas e equipamentos	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7	188,9	170,7	195,1	175,5	182,8	202,0	204,6	203,7	202,2	190,2	199,8				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4	159,7	155,7	159,1	144,0	148,1	236,0	107,3	148,0	143,1	166,4	180,1				
Veículos automotores	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8	349,0	192,4	404,8	276,2	272,3	399,9	439,8	440,8	425,4	483,0	501,3				
Mobiliário	93,5	106,9	95,7	106,7	108,4	112,5	126,2	111,0	126,7	127,4	101,9	113,4	115,1	97,6	113,5	121,0	111,5	111,3	118,2	119,2				

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2013

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai/12
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	110,0	112,5	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	65,9	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,6	113,1	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	186,1	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	184,7	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	98,3	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,4	73,2	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	91,9	84,0	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	29,9	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	129,7	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	230,1	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	105,5	112,7	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	78,8	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	140,8	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	88,9	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	121,2	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	155,0	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	183,1	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	174,0	171,4	170,9	174,6	174,0	173,6
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	67,5	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	
Indústria geral	113,8	113,6	114,2	114,2	113,4	113,1	110,2	113,2	111,0	111,6	113,1	113,9	114,2	114,5	114,0	113,3	
Indústrias extrativas	64,8	64,8	64,7	65,2	66,6	67,3	66,8	65,7	67,7	67,2	66,9	65,6	65,8	65,1	64,4	62,8	
Indústria de transformação	114,4	114,2	114,8	114,8	114,0	113,7	110,8	113,8	111,5	112,1	113,7	114,5	114,8	115,2	114,6	113,9	
Alimentos e bebidas	191,6	192,8	193,5	194,2	191,4	191,1	179,0	191,1	179,1	178,8	188,3	191,3	195,5	198,5	198,2	199,2	
Fumo	222,8	104,8	104,8	106,8	117,7	120,4	127,6	243,6	251,9	335,5	343,7	332,0	263,5	183,7	123,6	115,2	
Têxtil	96,1	98,0	97,6	100,3	105,0	104,2	102,4	109,3	107,1	111,4	108,3	107,9	108,0	109,3	110,9	111,3	
Vestuário	72,5	72,0	72,7	70,9	69,8	68,9	68,8	72,3	70,6	72,8	72,8	72,7	71,7	72,5	72,8	72,8	
Calçados e couro	84,2	82,6	82,2	81,9	81,1	80,5	80,1	80,1	80,4	78,5	78,8	78,5	80,6	81,0	81,1	82,3	
Madeira	30,0	30,4	30,6	30,4	30,4	30,2	29,6	28,8	30,1	29,4	28,7	28,6	28,3	28,5	28,4	28,3	
Papel e gráfica	127,6	128,5	127,4	129,3	128,7	128,5	127,7	131,5	128,1	127,8	130,7	132,1	133,5	132,1	133,3	134,2	
Refino de petróleo e combustíveis	246,0	243,4	242,4	241,1	235,8	230,4	208,9	230,3	203,0	204,9	226,5	240,4	245,5	241,9	240,5	239,5	
Produtos químicos	113,9	114,6	115,2	114,4	115,0	114,9	115,3	115,1	115,3	116,1	115,0	115,9	115,0	114,6	114,6	114,6	
Borracha e plástico	76,5	77,5	78,2	78,9	79,0	79,9	80,1	78,6	81,1	80,8	79,5	78,5	76,2	75,3	78,7	78,4	
Minerais não-metálicos	139,4	140,6	142,7	141,8	142,3	142,1	138,6	140,2	142,4	142,5	142,5	141,2	138,8	139,7	137,2	137,3	
Metalurgia básica	90,7	89,9	89,7	87,9	87,8	86,5	85,7	88,2	86,7	87,4	88,4	88,6	90,4	89,2	88,3	86,3	
Produtos de metal ⁽¹⁾	123,3	124,0	122,7	120,1	118,3	118,3	114,8	117,1	116,3	120,4	121,5	119,4	116,6	115,1	113,7	113,5	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	154,1	154,1	155,3	155,1	155,7	155,6	154,1	158,4	152,8	154,2	158,0	159,6	159,2	161,4	162,0	160,3	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	193,1	188,3	186,1	191,1	189,4	187,5	185,7	169,6	177,3	176,7	170,3	176,1	177,0	175,0	161,9	142,7	
Fabricação de meios de transporte	174,3	172,3	180,5	179,9	172,2	172,9	172,0	176,3	173,5	173,6	175,8	177,4	176,3	177,2	178,2	178,1	
Fabricação de outros produtos	68,0	66,4	66,1	66,4	68,1	67,8	68,0	69,2	69,9	70,2	69,4	69,0	69,2	69,1	68,2	68,7	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2013

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
Jan.-Set. 2013	32 988	9 906	20 867	47 109	5 732	-	116 602

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2012

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011 ⁽³⁾	241 809	4,00	4 143 013	2,70
2012 ⁽³⁾	256 956	0,9	4 402 537	0,9

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

